

REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

**PESQUISA E EXTENSÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
SEXUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

RESEARCH AND EXTENSION IN COPING WITH SEXUAL VIOLENCE: AN  
EXPERIENCE REPORT

INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN EL ENFRENTAMIENTO A LA VIOLENCIA  
SEXUAL: RELATO DE EXPERIENCIA

**Márcio de Oliveira<sup>1</sup>**  
**Rosana Trindade de Matos<sup>2</sup>**  
**Carla Letícia Carvalho Campinas<sup>3</sup>**

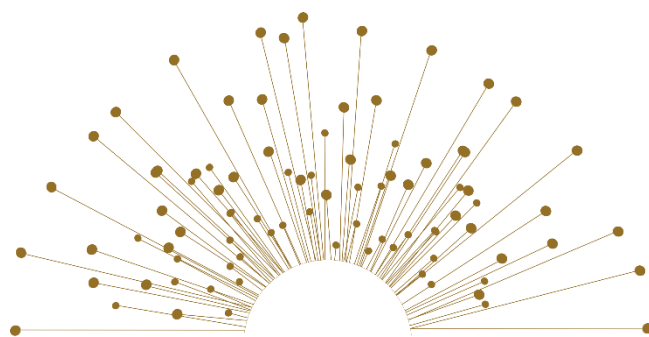
**RESUMO:** Este texto disserta sobre as experiências, os aprendizados e as reflexões engendrados no projeto de extensão “Prodeca faz bonito: Oficinas de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Apresentamos o referido projeto, além de traçar breve discussão em torno das violências perpetradas contra

---

<sup>1</sup>Professor Adjunto na Universidade Federal do Amazonas (UFAM/Câmpus Manaus). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAM. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Mestre em Educação (PPE-UEM). Pedagogo pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Subchefe do Departamento de Administração e Planejamento (DAPLAN) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2019 - 2021). Coordenador do Curso de Pedagogia da FACED/UFAM (2021-2023). Coordenador Adjunto Institucional do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR/UFAM) (atual). Integrante do grupo de estudos NUDISEX - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual. Linhas de Estudo e Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais; Formação de Professores/as; Gênero; Sexualidade; Violência contra a Mulher; Violência Sexual contra crianças e adolescentes. E-mail: [profmarcioliveira@ufam.edu.br](mailto:profmarcioliveira@ufam.edu.br)

<sup>2</sup>Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Táhiri (2008). Atualmente professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Manaus - Semed/AM. Colaboradora do Projeto de extensão Programa Observatório dos Direitos da Criança e do adolescente/PRODECA-UFAM. E-mail: [rosanamatos83@gmail.com](mailto:rosanamatos83@gmail.com)

<sup>3</sup>Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FACED/UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade. Principais áreas de estudo e pesquisa: Gênero; Educação, Direitos Humanos. E-mail: [carlaleticiaseso@gmail.com](mailto:carlaleticiaseso@gmail.com)



# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

crianças e adolescentes. Como resultados, salientamos que projetos como esse são essenciais para coibir, prevenir e identificar violências contra esses sujeitos vulneráveis, buscando potencializar as ações considerando o aumento das violências contra crianças e adolescentes que ocorrem, em sua maioria, no ambiente familiar. Junto a isso, é necessário que a rede de proteção do Estado seja fortalecida, com apoio financeiro e institucional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência Sexual. Escola. Extensão.

**ABSTRACT:** This text discusses the experiences, lessons learned and reflections engendered in the extension project “Prodeca makes it beautiful: Workshops to Combat Abuse and Sexual Exploitation of Children and Adolescents”. We present the referred project, in addition to tracing a brief discussion around the violence perpetrated against children and adolescents. As a result, we emphasize that projects like this are essential to curb, prevent and identify violence against these vulnerable subjects, seeking to enhance actions considering the increase in violence against children and adolescents that occur, for the most part, in the family environment. Along with this, it is necessary that the State's protection network be strengthened, with financial and institutional support.

**KEYWORDS:** Sexual Violence. School. Extension.

**RESUMEN:** Este texto aborda las experiencias, lecciones aprendidas y reflexiones generadas en el proyecto de extensión “Prodeca lo embellece: Talleres para Combatir el Abuso y Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes”. Presentamos el referido proyecto, además de trazar una breve discusión en torno a la violencia ejercida contra niños, niñas y adolescentes. En consecuencia, destacamos que proyectos como este son fundamentales para frenar, prevenir e identificar la violencia contra estos sujetos vulnerables, buscando potenciar acciones considerando el aumento de la violencia contra niños, niñas y adolescentes que se dan, en su mayoría, en el ámbito familiar. Junto a ello, es necesario fortalecer la red de protección del Estado, con apoyo financiero e institucional.

**PALABRAS CLAVE:** Violencia Sexual. Escuela. Extensión.

## INTRODUÇÃO

Pensar a Pesquisa e a Extensão Universitária em favor da sociedade é garantir

possibilidades de debater inúmeros temas de relevância social. Como exemplo, citamos a pesquisa de Leite et al (2022) que analisou o papel da extensão na formação do licenciado em Teatro; Cardoso et al (2015) discutiram Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional; nessa mesma direção, Junior et al (2014) realizaram um estudo sobre papel da Extensão Universitária no incentivo às práticas inovadoras de gestão. Isso para ficarmos em três exemplos.

A partir disso, é perceptível que a Extensão Universitária pode abarcar inúmeros temas, de modo a ter um alcance bastante grande e satisfatório, unindo a acadêmica científica e a comunidade. Para que haja essa gama de temáticas diversas nas ações de extensão, é preciso que os grupos de pesquisas voltem seus estudos para temas como os mencionados acima, considerando sua relevância e impacto na sociedade.

Desse modo, elencamos a possibilidade de trazer à tona um tema que ainda é considerado tabu por uma significativa parte da sociedade, que é a violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel da escola. Segundo os registros do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o ano de 2022 foi o mais violento para crianças e adolescentes no Brasil, tendo um aumento do registro de todas as violências sexuais, ficando os estupros em primeiro lugar, alcançando 73.024 mil casos, dos quais 56.820 foram estupro de vulnerável, ou seja, 61,4% (ANUÁRIO, 2023). Vale destacar que o maior número de vítimas desse crime geralmente são as meninas com menos de 13 anos, é o que revela um estudo do Ministério dos Direitos Humanos (MDH, 2020) – dado que permanece no ano de 2023.

Os registros e as denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes evidenciaram a violência sexual no *ranking* de pior lugar com 50,8% o Amazonas. A seguir a autoria dos violadores são configuradas da seguinte forma: pais ou padrastos (44,4%), avós (7,4%), tios (7,7%), primos (3,8%), irmãos (3,4%), vizinhos (6,7%), outros familiares (4,8%). Quanto ao local da violência, a ampla maioria (72,2%) dentro

da casa da vítima e (1,8%) dos casos apontam a mãe ou madrasta como autora da violência.

Desde cedo a criança deve apropriar-se do conjunto de informações, ampliando seu conhecimento e experiências, para que se constitua como cidadã na sociedade contemporânea. Já o cuidar não pode ser reduzido ao atendimento das necessidades básicas das crianças. Mas precisa garantir um ambiente que permita a construção progressiva da autonomia e autoestima das mesmas (REGO, 2006, p. 09).

Mediante o cenário apresentado acima e a citação, a escola não pode deixar de debater a temática em questão, pois quando um ser humano sofre tal violação, isso impacta diretamente no desenvolvimento Psicosssexual da criança e do/a adolescente (GOMES, 2014) e a escola funciona como porta-voz da criança, de maneira que pode ser um ambiente seguro e eficiente no combate à violência sexual.

Dito isto, a Universidade possui o tripé de Ensino/Pesquisa/Extensão que é um compromisso assumido diante da sociedade que busca responder aos investimentos por meio das ações diretas à sociedade, como o Programa de Extensão Universitária - Observatório dos Direitos das Crianças e dos/as Adolescentes – Prodeca que teve como objetivo disseminar a Campanha Nacional de Enfrentamento ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes em Manaus/AM.

Para realização deste relato de experiência, usamos de pesquisa bibliográfica que nos permite uma análise direta em livros, artigos, dissertações e teses já foram publicadas sobre determinado assunto, propiciando assim um embasamento e não uma mera repetição, além disso, conclusões e estudos inovadores (MARCONI; LAKATOS, 2017). E pesquisa documental que se trata de fontes mais diversificadas como as leis, compreendidas como documentos oficiais (GIL, 2002).

Junto a esse cenário, o presente texto é caracterizado como um relato de experiência por considerar relevante a compreensão de fenômenos da ciência

humana e a criação narrativa científica à medida que desafia a elaboração de leituras sobre a realidade por meio da interação entre os sujeitos (DALTRO; FARIA, 2019).

### **CONHECENDO A PRODECA**

O Programa de Extensão Universitária - Observatório dos Direitos das Crianças e dos/as Adolescentes – Prodeca visa garantir e efetivar os direitos da infância e juventude no Amazonas. Falar do Prodeca nos remete à defesa intransigente dos direitos da criança e do/a adolescente, pois por meio de suas ações vem realizando uma via de mão dupla na sociedade.

Destacamos que o Prodeca é uma extensão universitária coordenada pela professora Hellen Bastos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, com participação de alunos/as de graduação e pós-graduação. O Prodeca vem possibilitando a experiência de graduandos/as e pós-graduandos/as na interação entre Universidade e Sociedade numa temática que precisa ser divulgada de forma científica: a violência sexual.

E para essa experiência citaremos o projeto intitulado “Prodeca Faz Bonito: Oficinas de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, que objetiva mobilizar, sensibilizar e informar para o enfrentamento à violência sexual junto às crianças e aos/as adolescentes das escolas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus) e da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/Amazonas).

### **COMBATENDO A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL NO ESTADO DO AMAZONAS**

Debater a temática violência sexual no ambiente escolar é uma questão urgente, pois como já apresentado os registros do Fórum Brasileiro de Segurança

Pública de 2019 (ANUÁRIO, 2019) e o Disque 100 (MDH, 2020) os registros e as denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes evidenciaram a violência sexual no *ranking* de quarto lugar, e que as maiores vítimas são meninas e tendo os violadores/as os pais, mães, padrastos e outros parentes, sendo a casa o lugar das violações.

Crianças e adolescentes são submetidos/as aos diversos tipos e intensidade de violências que comprometem suas integridades e seus direitos estabelecidos nas Convenções Internacionais e na Carta Magna. Todo o aparato legal internacional e nacional são documentos balizadores da proteção da criança e do/a adolescente, no entanto, esse aparato não garante a proteção integral das infâncias e adolescências, tendo em vista que por si só são incapazes de materializar o fim da violação de direitos humanos desses sujeitos.

É possível afirmar que mesmo que crianças e adolescentes sejam indivíduos reconhecidos pelo Estado por sua relevância histórica, social e cultural, as violências contra esse grupo etário em particular é bastante comum no Brasil. É no ambiente doméstico que a maior parte das violências são perpetradas contra crianças e adolescentes e, nesse ínterim, surge o silêncio das vítimas, mesmo que exista a garantia de direitos fundamentais e individuais. Dessa forma, muitos/as pais/mães/responsáveis no espaço de convivência familiar e doméstico, acabam sendo propagadores/as de ações violentas, dos diferentes tipos, modalidades e intensidades.

A infância e adolescência são fases de desenvolvimento primordiais para subjetividade humana, assim como para construção de identidades cidadãs e respeitadas, e isso precisa ser apropriado e vivenciado em um ambiente familiar que tenha condições saudáveis para que os estímulos sejam positivos na vida social, conforme é descrito na Cartilha sobre os Impactos da Violência Infantil na Criança e na Família (GUIMARÃES; MELO, 2020). Assim, é possível afirmar que um ambiente



familiar hostil e violento pode afetar seriamente o psicológico e a aprendizagem da criança ou do/a adolescente que em breve serão pessoas adultas, propagadoras ou não das violências que sofreram, visto que os aspectos cognitivos e afetivos estão interligados, dessa forma, situações traumáticas podem repercutir nas diversas esferas da vida social desses sujeitos.

Como Azevedo e Guerra (1998) registram, os/as pais/mães/responsáveis, na maioria das vezes, submetem seus/suas filhos/as a atos violentos, além de não cumprirem com seu papel social de protetores/as e mantenedores/as da família, o que nos induz a refletir sobre as razões dessa violência, além da rejeição da ideia de que crianças são sujeitos de direitos fomentado pelo imaginário de crianças são uma miniatura de pessoas adultas, ou seres que pertencem aos/às seus/suas genitores/as, portanto, podem ser submetidos/as ao controle repressivo, a civilização ocidental negou a existência das crianças por séculos, configurando o/a adulto/a como o epicentro da vida social (ARIÈS, 1981).

Nesse sentido, a convivência no espaço familiar é permeada pela contradição entre a permanência de antigas estruturas de pensamentos e ideários conservadores, avançando para as regras sociais que estão constantemente sendo superadas culturalmente, o que solidifica modos de agir e administrar determinadas situações no seio familiar com relação à infância e à adolescência.

Diante desse quadro, destacamos uma reflexão de Azevedo e Guerra (1998, p.24), que “[...] toda ação que causa dor física a uma criança ou adolescente, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representam um só contínuo de violência”, dessa forma, as violências perpetradas contra crianças e adolescentes não devem ser toleradas, independente de sua intensidade, frequência ou tipo, considerando que elas possuem a mesma raiz.

A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM, 2019), por meio da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao/a Adolescente (DEPCA),

destaca que houve um aumento de denúncias por parte das escolas, o que coloca essa instituição como potencial de denúncias, sobretudo por atender um número grande de pueril.

Mediante este contexto de crueldade e violação dos direitos das crianças, foi pensado a realização de oficinas no âmbito do Prodeca Faz Bonito, desenvolvidas nas escolas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus) e da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/Amazonas), sobre as questões da Educação Sexual pautada numa abordagem dos direitos sexuais e no enfrentamento à violência sexual e sobre a alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, referente à Lei 9. 970 /2000 (BRASIL, 2000).

Além disso, o arcabouço teórico advindo da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação intitulada: *“Violência Sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/Leste II da cidade de Manaus”*, em conjunto com a experiência e expertise do Prodeca para assim, forjarmos um encontro necessário entre a pesquisa e a extensão universitária.

### **PRODECA FAZ BONITO: OFICINAS DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – RESULTADOS**

O Prodeca em parceria com as redes de ensino municipal e estadual (SEMED E SEDUC/AM) organizou oficinas com o objetivo de disseminar a Campanha Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Manaus/AM, realizada entre o período de 18 de abril de 2023 a 31 de maio de 2023.

As escolas contempladas foram: Escola Estadual Maria da Luz Calderaro (50 alunos); 2. Escola Estadual Presidente Castelo Branco (150 alunos); 3. Escola



Municipal Armando De Souza Mendes (140 alunos); 4. Escola Municipal Firme na Fé (200 alunos); 5. Escola Estadual de Tempo Integral Santa Terezinha (175); 6. Escola Estadual Benjamin Magalhães (185 alunos). Destaca-se que as oficinas atingiram desde o fundamental I, fundamental II até o ensino médio e em espaço socioeducativo.

O entrelaçamento que tivemos com a extensão universitária mostrou-se bastante exitosa, visto que, não se pode ir para além dos muros da universidade sem um arcabouço teórico consubstanciado. Destaca-se ainda que a aproximação dos/as integrantes do projeto com a realidade escolar facilitou a equipe do Prodeca em compreender o caminho e a melhor forma didática para a realização das oficinas.

O ponto forte da execução do projeto **Prodeca Faz Bonito** foram as literaturas utilizadas na prática profissional e social dos/as membros/as da equipe que compunha o projeto, quais sejam: 1. **Não me toca, seu Boboca!** de autoria *Andrea Taubman*, que conta a história de Ritoca uma coelha que quase passou por uma situação de violência sexual e o como ela conseguiu evitá-la; e; 2. **Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra Violência Sexual na infância** de autoria Caroline Arcari que conta a história de dois irmãos Pipo e Fifi onde ensina a diferenciar toques de amor de toques abusivos, apontando caminhos para o diálogo, consentimento, proteção e ajuda que norteou as dinâmicas para iniciar as oficinas com as crianças e os/as adolescentes.

Foi possível constatar a importância do embasamento teórico-metodológico para a execução de oficinas que visam informar sobre a violência sexual na infância e adolescência. Além disso, a participação nesses projetos aprimora e qualifica nossa atuação profissional enquanto educadores/as, dessa forma, ao passo que contribuimos para o projeto com a acúmulo teórico-prático de nossa experiência profissional, aprendemos e aprimoramos nosso exercício profissional, capacidades e habilidades.

As oficinas foram divididas por equipe, as equipes eram direcionadas para o ambiente necessário para execução da oficina, seja auditório, salas de aula, etc., com o roteiro de apresentação da equipe, objetivo da oficina, dinâmicas apresentando os tipos de violências, vídeos didáticos e avaliação ao final pelos/as próprios/as alunos/as.

Quanto às avaliações realizadas pelos/as estudantes, foi de um retorno muito significativo e positivo. Os relatos eram “hoje aprendi muito sobre como me proteger se um carinho me deixar assustado, triste ou com medo” (relato de uma criança do 4º ano), “na palestra conheci mais sobre as partes do meu corpo como os nomes científicos (relato de uma criança 5º ano)”, “conheci a história do 18 de maio e sua importância e luta” (relato de um aluno do ensino médio), “entendi o que é parte íntima e privada” (relato de uma criança 2º ano fundamental), “conheci quais são os tipos de violência” (relato de uma criança 5º ano).

Mediante os relatos, comungamos com Souza (2002, p.15), que: “[...] educar sexualmente significa orientar a criança para que passe pelas fases de evolução de sua sexualidade de forma que sua vida efetiva se estruture de modo sadio”, ou seja, ajudá-la a compreender o que está acontecendo com seu corpo, com sua mente e lhe trazer informações adequadas, científicas ajudarão a vencer porventura uma ansiedade natural provocada pelo próprio desenvolvimento seja ele corporal, emocional, afetivo ou sexual, visto que é um processo lento e progressivo e que faz parte de sua sexualidade, além do que é primordial saber identificar quando seu corpo está sendo violado ou não.

Para garantir a promoção e efetivação para cumprimento da proteção é preciso educar crianças e adolescentes em direitos humanos, de modo que vai contribuir na construção da cidadania, no conhecimento como direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e a diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas (BRASIL, 2000).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) aponta que a criança e o/a adolescente são sujeitos de direitos e que podem exercitá-los frente à família, à sociedade e o Estado, prerrogativa amparada na Constituição Federal no seu artigo 227 (BRASIL, 1988). Porém, mesmo o ECA passando por três décadas é preciso efetivar essas conquistas que mesmo passando por reformulações legislativas ainda não foram atingidas na íntegra.

A nossa experiência permitiu concretizar uma intervenção primária, compartilhando informações, conhecimentos científicos e leis que até então este público desconhecia, no entanto, é preciso reforçar que atividades como essas devem ser fomentadas e estimuladas pelo poder público de forma permanente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, o relato de experiência parte da vivência realizada como colaboradores/as do Prodeca e da pesquisa de mestrado (2019-2020) que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Estado do Amazonas (FAPEAM). A partir do que foi exposto, inferimos que a escola conseguirá educar sexualmente as crianças e os/as adolescentes quando responsáveis e profissionais envolvidos/as no contexto escolar reconhecerem suas participações na Educação para sexualidade infantojuvenil.

Esse reconhecimento se dará quando se romper com o tabu produzido socialmente, quando for desmistificado o discurso de que a criança é inocente, assexuada, imatura para aprender sobre sexualidade, além do necessário rompimento com o pensamento de que crianças são propriedades das pessoas adultas ou são sujeitos destituídos de direitos.

Projetos que objetivam alertar, denunciar, informar ou construir estratégias para dignidade das crianças e dos/as adolescentes devem ser apoiados do ponto de vista financeiro e institucional pelo Estado, assim como pela sociedade em geral, além disso, a participação de profissionais da Educação em projetos de extensão e pesquisa que tratam desse tema é primordial tanto para construção do projeto em si, quanto para o aperfeiçoamento do trabalho desses profissionais.



## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum de Brasileiro de Segurança Pública. **Edição 2023**. 2023.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Com licença vamos a luta**. São Paulo: Editora Iglu, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 9. 970 de 17 de maio de 2000. Institui o Dia 18 de maio como o **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19970.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19970.htm). Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069. Brasília: Presidência da República, 1990.

CARDOSO, Andréa Catelan et al. O estímulo à prática da interdisciplinaridade e do multiprofissionalismo: a Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional. **Revista Da ABENO**, n. 15, v. 02, p. 12–19, 2015.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 19. N.1, p. 223-237, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Hellen Bastos. **Infância e Adolescência sob análise: um retrato das principais violações de seus direitos na cidade de Manaus**. Dissertação (Sociedade e Cultura Amazônia). 193 fls. Universidade Federal do Amazonas - Manaus, 2014.

GUIMARÃES, Cleide Dyhana Silva de Melo; MELO; Mônica Cristina Batista. **Cartilha sobre os impactos da violência infantil na criança e na família**. Recife: Faculdade Pernambucana de Saúde, 2020.

JUNIOR, Arnaldo Mauerberg et al. A universidade como espaço territorial de inovação: o papel



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

da extensão universitária no incentivo às práticas inovadoras de gestão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 220-232, 2014.

LEITE, M. D. C et al. **Papel da extensão universitária na formação do licenciando em teatro**. Universidade Federal da Fronteira Sul, Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2022. Disponível em: <<https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/seurs/article/view/17774/12057>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MDH. **Ministério dos Direitos Humanos – Disque 100**. Brasília: MDH, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, Maria Carmem Freire Diógenes. **Formação do educador infantil: identificando dificuldades e desafios**. 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t0814.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SOUZA, Hália Pauliv de. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas, 2002.

SSP-AM. **Cresce notificações de violência contra crianças e adolescentes**. Manaus: Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, 2019. Disponível em: <http://www.ssp.am.gov.br/aumentam-notificacoes-de-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-feitas-por-escolas-e-hospitais-diz-depca/> . Acesso em: 21 mar. 2023.